



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT):
ALIANÇAS E TENSÕES EM PROL DE UMA INSTITUIÇÃO NA AMAZÔNIA
LEGAL BRASILEIRA**

GIANEZINI, Quelen¹ - UFRGS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Resumo: Esse estudo visa analisar a criação e o desenvolvimento de uma universidade localizada na Amazônia Legal, a UFMT, enfocando as motivações que geraram a luta pela sua concepção e sustentação. Neste processo, mereceu destaque as ideias-forças que moveram os agentes sociais desde as iniciativas percussoras até a sua consolidação. O seu processo de expansão mereceu ênfase neste estudo por meio de diversos projetos de interiorização. A metodologia qualitativa empregada foi a realização de entrevistas semiestruturadas. Conclui-se que a 'corrida' pela conquista de novos espaços se sobrepôs aos anseios de muitos agentes sociais engajados nas lutas em prol da defesa da universidade 'pela ou para' a UFMT.

Palavras-chaves: Educação Superior; Brasil; Expansão.

INTRODUÇÃO

Neste estudo analisou-se a criação e o desenvolvimento da UFMT, cuja sede fica localizada na capital do Estado, Cuiabá, e seus *campi* encontram-se distribuídos pela Amazônia Legal.² Destacam-se as motivações que geraram a luta pela sua concepção e sustentação, merecendo atenção as ideias-forças que moveram os agentes sociais desde as iniciativas percussoras, passando pelo projeto da UNISELVA até a execução do projeto de criação da universidade, dando a base para a edificação da UFMT. O seu processo de expansão, também será analisado por meio de diversos projetos de interiorização. Nesse processo quetinona-se: qual a importância dos projetos de criação da referida universidade? E, quais foram as alianças, as tensões, as lutas, as disputas e os conflitos estabelecidas entre os agentes sociais na criação e no desenvolvimento da UFMT? Assim, o foco de análise incidiu,

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente cursa o Doutorado em Educação pela mesma instituição (UFRGS) e é Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Universidade (GEU) e do Grupo de Pesquisa e Inovação sobre Universidade (GEU-IPESQ). E-mail para contato: quelen.gianezini@ufrgs.br.

² Desde 1977, mediante o artigo 45 da Lei Complementar Nº 31 de 11 de outubro de 1977, todo o território de Mato Grosso passou a integrar a Amazônia Legal. Antes desse período, o artigo 2º da Lei Nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, determinava que somente a área do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16º pertencia a Amazônia Legal. Nessa mesma Lei também faziam parte os Estados do Acre, Pará, Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

principalmente, sobre os principais espaços de alianças, de tensões, de lutas, de disputas e de conflitos entre os agentes sociais reveladas nestas quatro décadas de existência.

Na etapa exploratória, foram realizadas duas entrevistas na condição de pré-teste, para ajustar as perguntas do roteiro-guia. Na etapa da pesquisa de campo analisaram-se onze entrevistas semiestruturadas³ realizadas ao longo de quatro meses (agosto e dezembro). Foi levado em consideração os seguintes fatores como critérios de escolha dos agentes sociais: atuação no processo de criação e de desenvolvimento das universidades, pertencimento ao quadro permanente da instituição, e envolvimento nas alianças e nos conflitos institucionais. Para tais entrevistas, foi utilizado a análise de práticas discursivas (SPINK, 1999, p. 104), método este que consiste na concepção do processo de produção de sentidos,

O sentido é, portanto, o meio e o fim de nossa tarefa de pesquisa. Como atividade-meio, propomos que o diálogo travado com as informações que elegemos como nossa matéria-prima de pesquisa nos impõe a necessidade de dar sentido: conversar, posicionar, buscar novas informações, priorizar, selecionar são todos decorrências dos sentidos que atribuímos aos eventos que compõem o nosso percurso de pesquisa.

A maior parte dos entrevistados colaborou com a pesquisa disponibilizando, além do tempo, documentos e cartas para compreensão do processo de expansão da universidade, em especial pela via da interiorização. Nem todos os entrevistados mostraram-se à vontade para falar. Assim, alguns se distanciavam fisicamente, mostrando certa apreensão em responder os questionamentos. A atitude de reserva de alguns, para com determinadas perguntas, evidenciou o sinal de reprovação em tocar no assunto alianças, conflitos, disputas e tensões na (da) UFMT.

Por outro lado, interpreta-se que houve por parte desses agentes sociais certo receio que sua fala ou conduta fosse avaliada pela investigação, já que a maior parte deles (08) tinha

³ Em relação às entrevistas, e considerando o comprometimento com os objetivos do estudo e a importância do tema, alguns cuidados éticos foram adotados *a priori*. Foi necessário, por exemplo, explicar aos entrevistados a relevância do uso do gravador; informar sobre o número de entrevistas já realizadas, o local em que elas foram concedidas, e esclarecer sobre o uso das informações obtidas, principalmente em relação ao fato de que seriam utilizadas estritamente no âmbito do estudo acadêmico, tendo sido necessário, principalmente, reforçar que a confidencialidade seria garantida, de modo a assegurar o anonimato dos informantes. As entrevistas tiveram duração média de 1 hora, tendo sido posteriormente transcritas. Contudo, vale destacar que, após desligar o gravador, alguns informantes sentiram-se mais à vontade para complementar as informações, em conversa informal, compartilhando mais detalhes. Os excertos das entrevistas utilizadas neste estudo foram destacados em itálico no corpo do texto, para que fosse possível distingui-las das citações. Para efeito de sistematização e análise das entrevistas, os agentes sociais foram assim codificados: *EFn* – entrevistas relativas à UFMT: em que o “E” significa entrevistado, “F” significa Federal e “n” é a ordem em que foram realizadas as entrevistas.

ocupado a função de reitor(a) ou pró-reitor(a). Os demais foram fundadores e ex-presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (ADUFMT) (03).

Tanto para as entrevistas exploratórias, quanto para as definitivas, o perfil dos selecionados foi composto por: onze professores da universidade (sendo um deles ex-aluno, três aposentados e dois anistiados políticos); nove homens e duas mulheres (com faixa etária entre 45 e 73 anos); alto nível de escolaridade (a maior parte com doutorado ou em vias de concluí-lo). Dado o perfil dos entrevistados, era compreensível que fossem cuidadosos ao responder as perguntas, devido ao receio de que pudessem, em suas falas, comprometer a si mesmos ou a instituição.

ANTECEDENTES DA UFMT: a luta pela implantação

O projeto da UFMT foi precedido por uma série de iniciativas contínuas e descontínuas visando à instalação do ensino superior no Estado, a exemplo do curso de Anatomia, oferecido na antiga capital (Vila Bela da Santíssima Trindade). Anos mais tarde com a luta pela criação da Faculdade de Direito de Cuiabá – considerado o primeiro estabelecimento de ensino superior do Estado de Mato Grosso e um dos pilares da futura UFMT – consolidou-se a universidade.

A Faculdade de Direito, fundada por um grupo de bacharéis orientados pelo advogado Palmiro Pimenta, foi extinta antes do final da década de 1930 (DORILEO, 1977). Dez anos depois, a Constituição Nacional foi reformulada, e a partir de então, permitiu-se o exercício público dos operadores do Direito paralelamente ao exercício da docência no ensino superior jurídico: “[. . .] a Constituição Federal de 1946 facultou acumular cargo remunerado com um de magistério [. . .]” (DORILEO, 2005, p. 29). Somente em 1950, a Faculdade foi reimplantada, desta vez sob a responsabilidade do governo do Estado de Mato Grosso.

As aspirações em prol da estruturação de uma instituição de ensino superior era muito expressiva em Cuiabá, evidenciando expectativas positivas das “camadas médias que passaram a valorizar a educação como meio que poderia viabilizar o seu projeto de ascensão nas ocupações burocráticas ou técnicas [. . .]” (MARTINS(a), 1988, p. 57).

Apesar do novo insucesso, a sociedade cuiabana – mediante cartas, telegramas, visitas ao MEC e, até mesmo, organização de caravanas para participar das audiências com ministros, governador do estado e o próprio presidente da república – não desistiu da luta pela instalação do ensino superior na capital. Diante da pressão social, o governo estadual resolveu, então, atender as reivindicações, conforme Dorileo (2005, p. 32):

[. . .] e reinstala a Faculdade de Direito, assinando o decreto nº 120 de 5 de setembro de 1956, e obtêm do presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira (31/1/1956 a 31/1/1961) [. . .] o decreto de nº 40.387, de 20 de novembro de 1956, que autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito de Mato Grosso.

Enfim, em 4 de dezembro de 1963, a escola superior foi assumida de forma integral pelo Estado, por meio do Decreto-Lei nº 87, uma vez que a Lei nº 26, de 18 de setembro daquele mesmo ano (DORILEO, 2005), havia oficializado, de forma definitiva, a Faculdade de Direito de Mato Grosso.

A consolidação decorreu do fortalecimento de uma consciência coletiva que se consubstanciou em reivindicação popular: “eram milhares de moços e moças, crianças e adultos, que formavam um só exército, a bradar bem alto com autenticidade e confiança: queremos, está na hora da Universidade!” (DORILEO, 1977, p. 19). Na mais significativa das manifestações, em junho de 1967, “uma pira fora acesa na Praça Alencastro; houve uma passeata de estudantes, professores e povo: a universidade era solicitada aos brados” (DORILEO, 1977, p. 17).

Segundo Giddens (1991) a sua teoria da globalização da modernidade (GIDDENS, 1991), colabora para interpretar fenômenos como a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes, de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância.

Além do apelo popular, por meio de manifestações públicas, os representantes políticos e institucionais recorriam às mais distintas estratégias para persuadir o governo militar a autorizar a criação da universidade.

A intensa rivalidade entre Cuiabá e Campo Grande, em razão da separação do estado, refletiu-se na luta pela criação da UFMT. Havia, no Ministério da Educação (MEC), dois pedidos distintos de criação da universidade, porém com sedes em locais diferentes: uma em Cuiabá a capital, e a outra em Campo Grande no interior. Como naquele período havia a determinação de que toda capital deveria ter uma universidade, Campo Grande, como última tentativa de efetivar a separação do estado, lutava para sediar a UFMT. Cuiabá, por si só, não poderia perder a sede da universidade, já que legitimamente era a capital do estado, pois evidenciaria, deste modo, sua fragilidade perante o discurso sulista de Campo Grande.

O contexto no qual foi assinada a Lei de criação da UFMT denota o caráter de urgência e a necessidade de oferta permanente da educação superior em Cuiabá, e revela a carência de um prévio e consistente planejamento: “a ordem em 1972 era implantar a universidade. – Planejar? – Quando e como? Fazer, foi a decisão. O desígnio histórico não permitiria o luxo do planejamento empapelado, encadernado, pintado, lubrificado” (DORILEO, 1977, p. 14). Notadamente, não havia tempo suficiente para discutir e planejar, o que era necessário fazer, motivo pelo qual, esta fase, ficou conhecida como a fase de *fazejamento*.

Neste sentido, constata-se que a UFMT não nasceu de um projeto de universidade previamente elaborado, e sim, por uma aglutinação de faculdades pre-existentes: Faculdades de Direito, Filosofia e Ciências e Letras, e de Ciências Econômicas. As circunstâncias históricas revelam que a trajetória para a implantação da UFMT foi árdua e, conforme afirma o primeiro reitor, Dr. Gabriel Novis Neves, “há páginas inequívocas de tenacidade, de determinação da gente mato-grossense e principalmente da comunidade cuiabana que tanto lutou pela idéia de sua criação. Seu começo foi difícil como qualquer começo” (DORILEO, 2005, p. 148).

A reflexão de um dos fundadores⁴ evidencia esta fase da universidade: “[. . .] tudo o mais foi um mutirão incessante, que chamei, conscientemente, de fazejamento” (DORILEO, 1984, p. 24). O movimento pela criação da UFMT foi “a expressão maior da capacidade política de indivíduos que conscientes de seus direitos e privações, lançaram-se à luta em busca de um ideal, enfrentando as limitações e transpondo as dificuldades [. . .]” (TAVARES, 2004, p. 71-72).

Tratando-se de uma sociedade com tais características, localizada em uma região que dava sinais de desenvolvimento, mas que sofria com a ausência absoluta de ensino superior, era natural, compreensível e justificável a mobilização pela criação de uma universidade. Aqui cabe lembrar Bourdieu (2005) quando esses agentes sociais estavam em busca do que ele chamou de *capital institucionalizado*, ou seja, lutavam por um determinado tipo de capital intelectual adquirido mediante aquisição de um diploma, neste caso, universitário. Para tal, era necessário ter uma instituição que o fornecesse, a UFMT. Portanto, a criação da UFMT foi, de certa forma, uma resposta ao anseio popular.

PROPOSTA E PROJETOS CONTIDOS NA INTERIORIZAÇÃO DA UFMT

⁴ Muitas pessoas contribuíram para a criação da UFMT: (ex) alunos, (ex) docentes, (ex) técnicos administrativos, políticos e a comunidade em geral. Não obstante, neste estudo, considerou-se como *idealizadores* do projeto da universidade a tríade composta pelos fundadores: Gabriel Novis Neves (1º reitor: 1970 - 1982), Benedito Pedro Dorileo (2º Reitor: 1982 - 1988) e Afílio Ouríves (Reitor Decano: 1994 - 2006), que, juntos, criaram e administraram a universidade por mais de duas décadas.

Sucessivas reflexões e ações contribuíram para que em 1970 a FDMT e o ICLC fossem integrados para a criação da UFMT (Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970), cujo ato de instalação ocorreu no início de 1971 e a primeira universidade de Mato Grosso passa a ser vinculada ao sistema federal de ensino.

A opção de priorizar pesquisas sobre as realidades de cada localidade, a fim de contribuir para um desenvolvimento coerente na região, confere à UFMT, logo nos seus primeiros anos de existência, o *status* de universidade moderna, ágil e promotora de progresso. Por essa razão, projetos científicos desenvolvidos na selva amazônica foram citados várias vezes por personalidades políticas e educacionais no Brasil, tendo recebido a atenção da imprensa nacional (BERALDO, 2005). No caso da UFMT, essas diferenças são evidenciadas por distintos episódios que marcam sua criação e seus primeiros anos de existência coincidem com o auge do período militar no Brasil, em que a lógica da disciplinarização e despoliticização do campo acadêmico (MARTINS, 1989; OLIVEN, 1980, 2002) era empreendida. Diante desse cenário a UFMT também sofreu reflexos desse processo.

Para além das perseguições do regime militar, o que cunhou as ações desse período, segundo depoimentos, foram os investimentos e projetos peculiares encampados pelo fato de a UFMT ter surgido “[. . .] de um grande apelo social mesmo, porque a universidade, ela nasce sob o regime [militar], é diferente de uma universidade que nasce em outro regime” (EF10).

Alguns políticos declaravam sua pretensão: “[. . .] a criação da universidade federal, com sede em Cuiabá que, na afirmação segura do deputado Garcia Neto: ‘irá formar a infraestrutura cultural e técnica dessa frente de penetração da Amazônia’”. O trecho da entrevista EF2 ilustra claramente essa visão.

[. . .] Na época, desde a criação da universidade, havia uma preocupação em relação à presença da universidade no interior. O reitor Gabriel Novis Neves tinha uma ideia, um pensamento de que a universidade voltada à questão do meio ambiente, quando nem se falava nisso – formas alternativas de ocupação do espaço (EF7).

[. . .] foram montados os cursos, foram montados os programas dentro dessa perspectiva de orientação para formar o professor, o técnico para desenvolver a Amazônia. Existe até uma frase do Dr. Gabriel que diz ‘Vamos virar as costas para o litoral e nos voltarmos para a Amazônia’ [. . .] (EF2).

Na década de 1970, esse pensamento materializou-se com o projeto UNISELVA. O nome desse projeto foi escolhido devido ao fato de que a universidade, apesar de sua sede ficar em Cuiabá – considerada Portal da Amazônia – estaria também presente na selva amazônica, por meio do Projeto Humboldt. A UFMT assumiria, dessa forma, uma imagem compatível com a região. Surgiu “a idéia de dar a ela o codinome de *Universidade da Selva*, na forma reduzida, UNISELVA” (BERALDO, 2005, p. 56).

O apanágio da UNISELVA estava calcado no Projeto *Cidade Laboratório de Humboldt*, que chegou a ser instalado na cidade de Aripuanã, no norte de Mato Grosso, a 700 Km de Cuiabá. O Projeto Cidade Laboratório, também chamado Projeto Aripuanã ou Projeto Humboldt, propunha a existência de um centro de pesquisas, interessado em realizar estudos sobre a região, orientar o desenvolvimento social e econômico do Estado, sem causar grandes impactos sobre o ambiente. O lema era *conhecer a Amazônia para então ocupá-la* (TAVARES, 2001, p. 98).

Os idealizadores do projeto, ao cuidadosamente definirem o nome UNISELVA, agiram consoante o que Kerr (2005, p. 28) salienta sobre a concepção do nome da instituição, o qual, para ele, “representa um determinado nível de desempenho, um certo nível de respeito, um certo legado histórico, uma qualidade de espírito característico”.

A seguir este trabalho tratará sobre o processo de interiorização que seguirá com mesmo tipo de abordagem, ao trazer à tona reflexões dos agentes sociais cuja idealização pauta-se por uma universidade inquietada com as transformações do meio ambiente e com a pesquisa científica.

PRIMEIRAS INICIATIVAS DE INTERIORIZAÇÃO: pesquisa, ensino e a experiência em Aripuanã

Embora distante dos centros de investigação científica, os fundadores da UFMT tiveram a preocupação de criar uma universidade voltada para a pesquisa, inspirada no modelo de Humboldt. Dessa forma, em plena floresta amazônica, em Aripuanã, foi criada a Cidade Universitária de Humboldt:

[. . .] a universidade veio com esse grande compromisso de realmente se fixar na década de 1970. Teve um programa que foi tocado pelo professor Edson Miranda, pelo ex-deputado federal Bento Porto. Eles foram, criaram uma estrutura bem no norte de Mato Grosso, bem no meio da Floresta Amazônica, o Projeto Humboldt, “A Cidade Científica”. Iniciou-se o processo da criação de uma unidade científica que era exatamente para conhecer toda a parte tropical do país, toda essa parte tropical aí especial, e foram muitos os recursos que foram investidos nesse programa (EF8).

Pelos aspectos suscitado na entrevista, compreende-se a afirmação de Dorileo (2005, p. 252) quando afirma que “o papel da Universidade Federal de Mato Grosso é primordialmente conhecer Mato Grosso e a Amazônia”. Por essa concepção, os objetivos e ideais contidos no Projeto da Cidade de Humboldt (também conhecido por UNISELVA, Projeto Aripuanã e/ou Projeto da Cidade Científica) englobavam a formação de pessoal para a compreensão de ecossistemas específicos. A esse respeito, discorre o entrevistado,

[. . .] Nós queríamos uma universidade voltada para a formação de gente para a região. Eu não ia pegar um político de Londrina e colocar aqui. Porque lá tem reflorestamento, lá tem floresta derrubada. Aqui não, aqui nós temos floresta. Então, o que nós tínhamos que fazer: preparar um profissional para entrar na floresta e compatibilizar com o meio ambiente e torná-la economicamente ativa. Então, isso era o que a gente queria criar. [. . .] Como é que eu vou ensinar Engenharia de Floresta, entrar numa floresta, se eu não sei o que é uma floresta? [. . .] Aí nós apresentamos o seguinte: você não vai viabilizar isso, mas invertendo ensino e pesquisa para pesquisa e ensino. Como que eu vou ensinar Medicina Tropical se eu não conheço essa região? Como eu vou formar um economista para trabalhar numa região que chove oito meses por ano e as condições são as piores? Como eu vou formar um administrador se lá não existe nada (EF4).

A despeito dos esforços descritos, não foram consideradas as expectativas e os conhecimentos prévios das populações nativas locais, o que pode ser apontado como um dos

elementos que contribuíram para que o projeto não fosse adiante, tendo durado apenas 27 meses, período em que começaram a aparecer os primeiros sinais de disputas dentro da UFMT.

[. . .] o Projeto Humboldt, os gastos eram muito grandes [. . .] você pode registrar... estou disposto a contar [breve silêncio] levavam bebidas... claro que o projeto não foi para a frente! [. . .] eles não tinham nenhuma preocupação com os índios, porque os índios eram preguiçosos, eles não estavam preocupados [. . .] e não tinham nada a ver com o Projeto da Cidade Científica, [. . .] era coisa de uma maluquice da macro-política da ditadura (EF5).

A reputação institucional tem grande significado na comunidade acadêmica, sendo, conforme Kerr (2005, p. 28), “de maior importância para o corpo docente e para os alunos, para as agências governamentais e as indústrias com as quais a instituição lida. Proteção e aumento de prestígio do seu nome são fundamentais”.

Constatados os conflitos, entraves e desafios, “os projetos que se seguiram na perspectiva de interiorizar a universidade passaram a ser mais modestos” (BERALDO, 2005, p. 58). A principal consequência do fim do Projeto Humboldt foi a inversão de prioridades: “a pesquisa deixou de ser o foco dos investimentos para dar lugar ao ensino que se expandiu pelo interior em decorrência da criação de três *campi*, e no desenvolvimento dos cursos parcelados” [. . .] (p. 59). Gabriel Novis Neves explicou que

o processo de implantação foi posteriormente prejudicado por entraves burocráticos. Em 1975, pela portaria interministerial nº 038, de 09 de abril, o Projeto passou a integrar as atividades coordenadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Posteriormente, o Conselho incumbiu o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA – da execução do Projeto [. . .]. Sem mão-de-obra qualificada, sem regime anual de trabalho, explorando produtos primários e dependendo sempre das manufaturas e dos serviços do Centro-Sul, a Amazônia continuaria sendo um vazio demográfico e um campo aberto às práticas predatórias da última grande reserva natural deste país (DORILEO, 2005, p. 112; 114).

É interessante ressaltar neste discurso de despedida – proferido na ocasião da renúncia do reitor – as diversas justificativas pelo encerramento do projeto que não vingou. Embora, todas sejam cabíveis, convém destacar que o permaneceu e se perpetuou, até os dias atuais, é a proposta de expansão do ensino superior no interior do estado, adotada pela UFMT nos anos que se seguiram.

EXPANSÃO I: uma universidade *multicampi*

A UFMT, partindo da capital em direção ao interior, vai cronologicamente instalar quatro *campi*: *Campus* Universitário de Cuiabá (sede, em 1970), *Campus* Universitário de Rondonópolis (1980), *Campus* Universitário do Araguaia (1981) e *Campus* Universitário de Sinop (1992).

Em 1977 aconteceu a divisão de estado e nesse momento a universidade já tinha um projeto chamado Projeto de Interiorização da UFMT. Eu sou uma das autoras desse projeto. Naquele momento a proposição que era da administração superior era de que nós tivéssemos campus no interior, com cursos regulares permanentes. [. . .] Então naquele momento nós criamos dois campi universitários, que era o campus de Barra do Garças, que hoje é chamado Médio Araguaia e assumimos o campus de Rondonópolis, que naquela ocasião era da Universidade Estadual de Mato Grosso [UEMT]. A partir desse momento nós consolidamos aquilo que era uma política do início da universidade, que era a interiorização, como uma das suas bandeiras. E aí a gente começa então com os cursos regulares em Rondonópolis, dentro do campus e também em Barra do Garças, na perspectiva também de termos um campus na região norte, mas que só vai se consolidar em 2000 (EF11).

O *campus* de Sinop, em razão da pressão popular e política, sediou, inicialmente, projetos de Turmas Especiais. A decisão de implantação dos *campi* também perpassa o processo de obtenção de recursos. A criação das Turmas Especiais, apesar de uma conquista inquestionável, tanto para a universidade quanto para o Estado de MT, revela fragilidades e carências que recebem até hoje críticas e ponderações.

[. . .] Nesse interior... Ainda existem poucas salas de professores. O campus lá de Rondonópolis, ele é um campus que tem que pensar nisso, não só em sala de aula, não só laboratório. Lá tem cursos que foram criados, Engenharia Mecânica, que ainda não existem laboratórios suficientes, não existem professores suficientes e eles estão entrando para o profissional. E a sala do professor, como o professor vai atender o aluno? Como se vai tirar uma dúvida de um aluno? Como você vai dizer “Olha, eu sinto muito, mas não deu, você não está entendendo a matéria, seu trabalho tem que ser melhorado!” Hoje com essa história de “ctrlv” “ctrlc” se você não estiver antenado você deixa o aluno só apresentar cópia [. . .] (EF3).

Embora os depoimentos expressem conflitos nas opiniões e revelem críticas, é possível notar que a expansão da UFMT estava relacionada à interiorização.

[. . .] A grande maioria dos nossos professores da universidade é favorável à expansão. A expansão no sentido de interiorização, expansão no sentido de você levar até o interior um curso que a unidade precisa, o que aquela região precisa. O que tem algum conflito é quando a pessoa ou um local no interior quer abrir um curso e não tem condições de abrir esse curso. E já durante a história na época que eu passei, nós autorizamos cursos sem condições de funcionar. A grande frase que me falavam era a seguinte: “Vamos iniciar, depois a gente busca...” Depois do fato consumado, o curso iniciado, nós vamos usar politicamente, aí vem a prefeitura, os alunos, tudo para o governo bancar o resto dos professores. Nenhum curso até então tinha sido aberto com toda a infraestrutura planejada e garantida. [. . .] Era um risco que nós corríamos, mas teve a necessidade daquele momento. Assim: precisava de um Curso de Biblioteconomia lá em Rondonópolis, existia uma demanda e não existia em Mato Grosso. Então abriu-se o curso sem ter condições. Depois que foi lá em Barra do Garças: Curso de Farmácia e Bioquímica. Mesma coisa. Todos os cursos novos que aconteceram nos últimos anos foram a duras penas. Naturalmente tem

muita gente que não gosta de ver isso, gosta de tudo pronto para começar, mas a maioria vence: nós vamos fazer isso porque se não a gente não faz nada, não cresce nunca. [. . .] Ainda deve ter alguma coisa, nunca é 100%, mas pelo menos a intensidade da cobrança está sendo menor agora. Naquela época a cobrança era muito grande. Cobrança dos alunos principalmente. Por exemplo, chegava no terceiro ano o curso não tinha professor para aquela matéria, não tinha laboratório [. . .] (EF6).

Nota-se, ainda, as grandes distâncias entres os *campi*, o que, em boa medida, responde por grande parte das carências apresentadas. Além disso, as dificuldades logísticas mencionadas pelos entrevistados, bem como a existência de um “vazio” na região oeste do estado, traduzido pela ausência de um *campus* para atender à Cáceres e cidades vizinhas.

Segundo a afirmação de um dos agentes sociais da UFMT,

[. . .] Nós pretendíamos na época ocupar o norte, o sul, o leste e o oeste. Nós ocupamos o norte com Sinop, o sul com Rondonópolis, o leste com Alto Araguaia e o oeste deveria ter Cáceres, mas não deu. Cáceres continuou Estadual e se tornou a UNEMAT. No lugar de Sinop, Araguaia, Rondonópolis e Cuiabá, devia ter mais um lá [em Cáceres] e ia acabar no centro formando um losango [sic] (EF2).

Essa ausência mencionada remete à luta pela encampação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres (atual UNEMAT) pela UFMT. À ocasião da divisão do estado, conforme publicação da época registra-se:

Nos próximos meses, de acordo com os termos da Lei que criou o novo estado de Mato Grosso do Sul, será promovida a federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso em Campo Grande, com a exclusão do Centro Pedagógico de Rondonópolis, que será encampado pela Universidade Federal de Mato Grosso. Em vista disso, o prefeito municipal [de Cáceres/MT] Ernani Martins, informou a nossa reportagem que já foram iniciadas gestões para que se incluía naquela encampação o Instituto de Ensino Superior de Cáceres. Desta forma e

tendo em vista um fato consumado com o início das aulas, a Universidade Federal de Mato Grosso ver-se-á na contingência de incluir o estabelecimento de ensino superior de Cáceres (NA FESTA do bicentenário, Cáceres ganha uma Faculdade, Jornal de Mato Grosso, 1978).

Tal luta também foi relatada nas entrevistas, mas sob pontos de vista distintos, revelando divergências de opiniões. Cada um dos agentes sociais defende a sua instituição.

Inspirados no processo de integração do ensino superior, ocorrido no país décadas antes (1945-1964), começaram a ser articulado um movimento em prol da encampação do IESC pela UFMT. Segundo Zattar (2008, p. 40), “pode-se atribuir ao Prefeito Ernani Martins a primeira formulação sobre a possibilidade de encampação do IESC pela UFMT”. O próximo prefeito, Ivo Cuiabano Scaff, também continuaria a defender a emancipação vindo a “enunciar como propositor da idéia de encampação, apresentada ao Reitor da UFMT”.

Na instância estadual, o governador do estado em 1982, Frederico Campos, solicitou “ao ministro da Educação, através do ofício, a federalização do IESC pela Universidade Federal de Mato Grosso” (ZATTAR, 2008, p. 40), assim

em meio a uma teia de discussões, a política de encampação do IESC pela UFMT configura-se, de um lado, como um conflito entre os representantes da comunidade acadêmica que afirmam o mesmo direito de reivindicar a federalização do IESC às autoridades estaduais e federais, como a já ocorrida nos municípios mato-grossenses de Barra do Garças e Rondonópolis; e, por outro lado, as autoridades envolvidas que, postergando a política de igualdade para os que não estão incluídos, retardam e/ou adiam em atos de linguagem sucedâneos a realização das mudanças desejadas.

Neste confronto de ideias, observa-se que, apesar das universidades nunca terem rompido relações oficialmente, em muitos projetos conjuntos (ou feitos separadamente) realizados na mesma localidade, ambas competiam veladamente, com ações que iam “ao encontro” e “de encontro” aos seus interesses.

Finalmente, registra-se que, além dos quatro *campi* da UFMT em Mato Grosso, havia, no Território de Rondônia, o que era considerado um *campus avançado* da universidade

(DORILEO, 1982). Esse *campus* não foi consolidado da mesma forma que os demais, por possuir uma estrutura mais modesta; mas contribuiu para o fortalecimento da futura Universidade Federal de Rondônia (UNIR), criada pela Lei de nº 7.011, de 08 de julho de 1982, logo que ocorreu a criação do estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981.

As experiências da criação dos *campi* fortaleceram a UFMT e permitiram que, a partir destes, fossem criados novos cursos e turmas, ainda que a influência do *campus*-sede de Cuiabá continuasse por meio de outros projetos relevantes, sendo alguns anteriores à criação dos *campi* e outros que só foram possíveis justamente pela existência dos mesmos.

EXPANSÃO II: interiorização, distintos projetos de extensão e o ensino

De acordo com Kerr (2005, p. 26), “as universidades possuem uma capacidade singular de seguir em todas as direções sem sair do mesmo lugar [. . .]”. A esse respeito, nos anos seguintes à implantação da UFMT e depois da experiência em Aripuanã, no norte do estado, essa instituição buscou desenvolver projetos que contemplassem não apenas Cuiabá, onde estava localizada sua sede, mas também em todas as regiões do interior, com foco no ensino.

Em várias entrevistas, percebeu-se que os agentes sociais utilizaram, em diversos contextos, vários sinônimos para se referir à *interiorização*. Foi necessário descrever cada uma das ações para clarificar o *conceito de interiorização* na perspectiva da UFMT, ainda que, este termo seja utilizado para se referir a aspectos comuns na sua missão institucional, como bem sintetizou um dos entrevistados:

[. . .] Há uma coisa que eu acho que é consenso: a interiorização é pensada no interior da universidade como algo, do ponto de vista ideológico, benéfico; é entendida como uma missão da universidade, que tem que se preocupar com o contexto em que ela se insere, com o contexto do estado de Mato Grosso. Aqui só há esta universidade federal, então há essa responsabilidade de se preocupar com todo o território do estado (EF11).

Partindo dessa premissa, do ponto de vista operacional, qualquer forma de ação aplicada em alguma cidade do interior do estado era tido como *interiorização*, tais como: Projeto Rondon; Cursos de Extensão (UNESTADO); Projeto Parceladas; Turmas Especiais;

Instalação dos *campi*; ensino a distância (fascículos e as novas tecnologias); Tratava-se verdadeiramente de um “plano de interiorização”, como ficou conhecido.

CONCLUSÕES

Os depoimentos e as análises possibilitam entender o processo de criação da UFMT, sua expansão, mediante processo de interiorização, bem como, os conflitos, as disputas e as alianças que contribuíram para a configuração atual de sua estrutura. Foi possível perceber que a presença da universidade pública federal no interior do estado – por meio da implantação e implementação de distintas iniciativas – representou o desenvolvimento da pesquisa (cidade científica), extensão (projeto Rondon e UNESTADO) e oferta de ensino superior nas regiões mais distantes do estado, transformando a realidade social de professores (projeto parceladas), formando profissionais (turmas especiais) e utilizando-se de novas tecnologias (EAD), se fazendo integralmente presente em determinadas comunidades (instalação dos *campi*) e preparando-se para consolidação (REUNI).

Dessa maneira, a UFMT fortaleceu-se na capital e se fazendo-se presente no interior, ainda que, para isso, conflitos internos e disputas políticas externas tivessem de ser contornados por lutas e alianças em prol da sua expansão. Por fim, sendo o ensino superior o cenário onde o microcosmo de lutas e disputas pela expansão da UFMT ocorre com relação a esta universidade federal conclui-se que a ‘corrida’ pela conquista de novos espaços se sobrepôs aos anseios de muitos agentes sociais engajados nas lutas em prol da defesa da universidade ‘pela ou para’ a UFMT. Era o processo de expansão indo, ao mesmo tempo, ‘ao encontro do’ e ‘de encontro ao’ engajamento das lideranças mato-grossense na sociedade globalizada.

REFERÊNCIAS

BERALDO, Tânia Maria Lima. **Caminhos do curso de pedagogia na modalidade parcelada:** percalços e avanços de uma experiência desenvolvida pela UFMT no interior de Mato Grosso. Tese de Doutorado. Campinas, PPPGEDU, 2005.

BOURDIEU, Pierre *et ali*. **O Ofício do Sociólogo:** Metodologia da pesquisa na sociologia. 5ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DORILEO, Benedito Pedro. **Raízes da Universidade de Mato Grosso ano X.** Prolegômenos, 1982.

_____. **O Ensino Superior em Mato Grosso: até a implantação da UFMT.** Campinas: Komedi, 2005.

_____. **Pensar para Fazer.** Cuiabá: Imprensa Universitária, 1984.

_____. **Universidade: O fazejamento.** Cuiabá: UFMT, 1977.

GIANEZINI, Q. **O Processo de Expansão do Ensino Superior em Mato Grosso.** 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

KERR, Clark. **Os usos da Universidade.** 15 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

MARTINS(a), C. B. **O Público e o Privado na Educação Brasileira Contemporânea.** Cadernos CEDES - Antropologia e Educação Interfaces do Ensino e da Pesquisa, São Paulo, 1991.

OLIVEN, Arabela Campos. **A expansão do ensino superior: democratização ou cooptação.** Educação Brasileira, Brasília - DF, v. 2, n. 4, 1980.

TAVARES, Renata Neves. **Universidade Federal de Mato Grosso: memórias de uma conquista.** Cuiabá: UFMT. Dissertação de Mestrado, 2001.

ZATTAR, Neuza Benedita da Silva; TEIXEIRA, Danielle Tavares; ARTIOLI, Luiza Bernadete. **UNEMAT 30 anos: Pelos Caminhos de Mato Grosso.** Cáceres [MT]: Editora da UNEMAT, 2008(a).